



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 549 / 2007

SESSÃO DE :22 / 11 / 2007 2ª CÂMARA

PROCESSO DE RECURSO Nº 1/4826/05

AUTO DE INFRAÇÃO: 2/200511714

RECORRENTE : OZIEL DE MENDONÇA VARELA

RECORRIDO : CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RELATORA: CONSª REGINEUSA DE AGUIAR MIRANDA.

EMENTA: ICMS – TRÂNSITO. MERCADORIA ACOBERTADA POR NOTA FISCAL INIDÔNEA EM RAZÃO DESTA CONTER DECLARAÇÕES INEXATAS, visto que o endereço de entrega era diverso do indicado na nota fiscal. Entretanto restou provado que a autuação é insubsistente. Reforma da decisão Condenatória exarada pela 1ª Instância para a IMPROCEDÊNCIA do feito. Recurso voluntário conhecido e provido por votação unânime, e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado, modificado oralmente em sessão.

RELATÓRIO

A acusação versa sobre o transporte de mercadorias acobertada por documento fiscal inidôneo, por conter declarações inexatas vez que as mercadorias constantes da NF nº 297, destinadas a Associação Caatinga, com endereço de entrega em Fortaleza, eram conduzidas para Crateús, conforme Bilhete de passagem rodoviário.

Para instruir o processo foi acostada a nota fiscal nº 297 , o Certificado de Guarda de Mercadorias, cópia do Bilhete de Passagem Rodoviário, cópia do Aditivo, cópia da CI do Cexat de Maracanaú, cópia do Mandado de Segurança e as Informações Complementares.

A empresa interessada apresentou defesa tempestiva, conforme documento de folhas 63 à 74, dos autos, alegando resumidamente o seguinte:

1- que o autuado não tem responsabilidade sobre o auto de infração e sim a Planeta Solar, ora impugnante.

2- que as mercadorias seriam para prover energia elétrica nas regiões distantes.

3- que se a operação fosse irregular, o Fisco deveria ter nomeado a empresa como fiel depositária e apurar as circunstâncias da operação.

4- que a nota continha informações corretas e guardava compatibilidade com a operação realizada.

5- requer a improcedência e a devolução da mercadoria.

A ilustre julgadora singular refutou os argumentos da defesa, por ser a fiscalização em trânsito instantânea, devendo ser realizada com os elementos constatados na ocasião "in loco" e decidiu pela procedência da autuação.

O contribuinte inconformado com a decisão condenatória exarada em primeira instância, interpôs recurso voluntário, alegando basicamente que existe ação judicial em curso, referente ao débito, na qual se encontra na fase de concluso com o parecer do Ministério Público e reitera as alegações iniciais pela reforma da decisão singular.

O Parecer da Consultoria Tributária, referendado pela douta Procuradoria Geral do Estado, opina pelo conhecimento do recurso voluntário, dar-lhe provimento em parte e reforma a decisão singular para parcial procedência, na forma do parecer.

A 2ª Câmara, por unanimidade, resolve converter o curso do julgamento do processo em Diligência, com o objetivo de que seja informado o local preciso onde ocorreu a autuação. Os agentes autuantes apresentaram a mesma Informação Fiscal constante às fls. 61 do processo, nada esclarecendo.

É o relatório.

VOTO DA RELATORA

Trata-se de auto de infração lavrado por ter o autuante constatado que o cidadão conduzia mercadoria acobertada pela nota fiscal nº 297, emitida pela Planeta Solar Com. Const. E Rep. Ltda e destinada à Associação Caatinga, em Fortaleza, porém a mercadoria seria entregue em Crateús, conforme Bilhete de Passagem Rodoviário, sendo a nota considerada inidônea, visto que o local de entrega era diverso do indicado no referido documento.

Na Informação prestada pelo autuante ele diz que quando examinou o documento fiscal, tendo como destino a Associação Caatinga, localizada na Av. Santos Dumont nº3060, sala 516, em Fortaleza-CE, constatou conforme Bilhete de Passagem Rodoviário nº 022069, série D, emitido por Decolores, que as mercadorias se destinavam a cidade de Crateús.

No caso vertente, as mercadorias foram apreendidas em Aquiraz, o transportador ainda não tinha nem chegado em Fortaleza, razão pela qual não se pode dizer que seriam levadas com aquele documento para a cidade de Crateús.

Entendo que a autuação foi lavrada por presunção, não há que se falar em inidoneidade do documento, deixando de se caracterizar a infração contida na inicial, consoante o fato de que as provas são insuficientes para justificar a autuação.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, dando-lhe provimento, para que seja reformada a decisão Condenatória exarada em 1ª Instância, para a Improcedência do feito fiscal, de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado, modificado oralmente em sessão.

É o voto.

DECISÃO

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente OZIEL DE MENDONÇA VARELA e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecerem do recurso voluntário, dar-lhe provimento, para modificar a decisão CONDENATÓRIA proferida pelo julgador singular para a IMPROCEDÊNCIA da ação fiscal, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado, modificado oralmente em sessão.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos de 5/12 de 2.007.



Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE



Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA RELATORA



Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRA



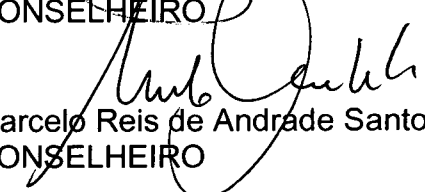
Francisca Marta de Sousa
CONSELHEIRA



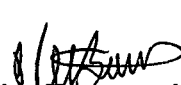
Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira
CONSELHEIRO



José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO



Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO



Sandra Ma. Tavares Menezes de Castro
CONSELHEIRA



Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO



Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO